



ENTREVISTA INTERVIEW

**Entrevista com Antonio Carlos de Souza Lima,
antropólogo do Museu Nacional da UFRJ**■ **Anny Estéfany Romão Ataíde de Souza**

e-mail: anny.estefany.ismart@gmail.com

■ **Hannah Lima Alcantara de Vasconcellos**

e-mail: hannahdevasconcellos@gmail.com

■ **Vantuil Pereira**

e-mail: vantuilpereira@yahoo.com.br

Quando iniciamos os preparativos para a publicação de mais um número da *METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos*, nos perguntamos quem cumpre um papel relevante fazendo uma articulação entre a análise teórica e a prática em torno de políticas públicas voltadas para grupos historicamente subalternizados no Brasil, em especial aquelas dirigidas a pessoas negras ou indígenas, e poderia ser convidado para nos conceder uma entrevista. Nos ocorreu o nome Antonio Carlos de Souza Lima.

Professor titular de etnologia no Departamento de Antropologia do Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do qual já foi chefe, e aposentado desde 2019, Souza Lima vem atuando como professor voluntário do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRJ, do qual já foi também coordenador, e continua dedicando-se ao ensino e à pesquisa. Em quase 30 anos de atuação na universidade, ele soma em seu currículo mais de 30 artigos, 70 capítulos de livros e 270 trabalhos técnicos, além de 65 orientações de mestrado, doutorado e supervisões de pós-doutorado.

Antes disso, formou-se em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Na graduação, em Niterói, teve contato com diversos autores da antropologia, o que teria despertado seu interesse para essa área sem, contudo, fazer com que perdesse a capacidade de contextualizar os processos com os quais teve contato ao longo da carreira.

Mais recentemente, Souza Lima tem se dedicado aos estudos da antropologia do Estado, em especial do indigenismo e da política indigenista, e da história da antropologia no Brasil. Esses estudos alçaram-no a membro da diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e, mais tarde, à sua presidência, entre 2015 e 2016. No momento, e até o final de 2022 (devido ao encerramento do ciclo avaliativo estendido de 2021), atua como coordenador da Área de Antropologia e Arqueologia junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

As últimas reflexões que Souza Lima tem produzido são justamente em torno de sua atuação na ABA, profundamente marcada pela articulação entre o conceito de Estado e o lugar deste no desenvolvimento das políticas públicas indigenistas e de suas instituições no país. Ele vem mostrando o espaço de disputa que envolve a formulação e execução de projetos e a participação da sociedade civil, sempre problematizando a atuação do antropólogo

brasileiro, que organiza em pelo menos dois períodos. O primeiro vai até os anos 1960, quando os antropólogos estavam mais comprometidos com a promoção dos interesses das elites políticas de base agrária, orientados por um projeto homogeneizante de nação e por um Estado autoritário e nada aberto às demandas da sociedade. A inflexão ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, com a institucionalização da pós-graduação no Brasil, quando a antropologia passaria a produzir profundas críticas ao desenvolvimento em curso pelo regime ditatorial civil-militar em curso até 1985. O autor identifica outro aspecto dessa inflexão ao notar um comprometimento ético e moral dos antropólogos com as populações com as quais trabalham.

A entrevista a seguir foi conduzida em um clima de bastante descontração. Com uma personalidade de trato fácil e generosa, o professor não se esquivou de problematizar a história e a antropologia como campos de conhecimento articulados. Não se furtou também a tecer comentários sobre os modismos que vez por outra cercam as disciplinas, como quando foi perguntado sobre o lugar dos estudos decoloniais e suas mudanças mais recentes — bem como poderia ter apresentado argumentos sobre os modismos verificados na historiografia, quando, por vezes, adota-se certos autores sem se levar em conta o contexto da produção, isto é, de onde e para quem se está produzindo e as consequências da produção.

Acreditamos que a entrevista contribuirá para as reflexões sobre as políticas públicas a partir da antropologia, área que não somente teve um papel crucial para os estudos indígenas, como também desenvolveu as reflexões em torno das populações tradicionais e quilombolas no Brasil. Sob esse ponto de vista, antropólogos e antropólogas foram protagonistas, ao notarem a agência política daqueles grupos no contexto de transformações políticas no país desde meados dos anos 1980. Por outro lado, é justamente nesse campo que os ataques contra as ciências humanas têm sido mais vorazes, pois a antropologia explicita os compromissos éticos, morais e políticos da academia e seu papel transformador.

Prof. Antonio Carlos, você é um pesquisador com certa trajetória nas áreas de relações étnicas. Sabe-se que a área das ciências humanas e, em especial, da antropologia ou da própria história, da qual você é oriundo, sofreu grande avanço teórico nos últimos anos. Gostaríamos que você localizasse como é possível, a partir dos estudos decoloniais, articular essas influências numa relação entre os estudos de relações étnicas e de relações raciais.

Hoje em dia se fala muito de decolonialidade. No meu momento de formação, da graduação ao doutorado, a antropologia que se fazia no Brasil era antropologia social: uma antropologia feita num intenso diálogo com as ciências sociais de modo mais amplo e com o cenário latino-americano. E é desse cenário que uma categoria chave na minha pesquisa, na minha formação e nas linhas teóricas que eu segui se origina. Essa categoria chave é o colonialismo interno. Ela foi elaborada pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova no início dos anos 1960. Ele manteve um diálogo intenso com o Brasil, assim como Rodolfo Stavenhagen e Roberto Cardoso de Oliveira, um dos criadores do Programa de Pós-Graduação

Entrevista Interview

em Antropologia Social [da UFRJ] e que tratou exatamente da questão da colonização interna como parte da análise das relações étnicas. Essa categoria chave depois foi reelaborada.¹

A primeira dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional foi do Otávio Velho, intitulada *Frentes de expansão e estrutura agrária*². Era um trabalho que vinha na direção dos estudos do colonialismo interno, e podemos dizer que os campesinatos maranhense e paraense com os quais ele trabalhou tinham uma origem que hoje se chamaria racial. Quando vemos outros trabalhos do Otávio, como “O cativo da besta fera”³, por exemplo, a ideia de cativo cabe para todo o campesinato brasileiro. Hoje, com os estudos do campesinato pela antropologia, há um resgate da questão racial na antropologia.

Eu venho de um programa de pós-graduação que teve Giralda Seyferth, que trabalhou a vida inteira com racismo e relações étnicas. Quando vemos os trabalhos da Giralda, as ideias de relações interétnicas, de formação do povo brasileiro, de políticas migratórias estão atreladas à discussão racial⁴.

Veja, quando voltamos ao final do século XIX e início do século XX, na realidade da antropologia e do pensamento social produzidos no Brasil — que é pouco lido pelos professores que hoje dão aula de relações raciais, que estão usando literatura muito mais estrangeira, sobre contextos estrangeiros, e não sobre o cenário brasileiro —, isso não aparece, porque, óbvio, não se lê. Mas está tudo lá. Qual era o desafio das elites mestiças brasileiras, que sempre se viram como “brancas”? Elas se perguntavam se era viável ou não era viável ter um país mestiço. Os índios serviam para trabalhar? Era possível pensar em trabalhar? Os negros tinham capacidades mentais para ter plena responsabilidade civil? Essas eram algumas das perguntas que se colocava.

Dito de modo muito esquemático: dessas questões presentes no “pensamento social brasileiro” dos finais do XIX, inícios do XX, a sociologia ficou com as relações raciais. A antropologia ficou com o quê? Com o negro “exótico”, com os cultos afro-brasileiros. Nina Rodrigues, como outros pensadores daquele momento, eram essas figuras meio limítrofes, que ao mesmo tempo não podiam escapar do seu tempo, ou seja, não podiam escapar do racismo científico, do evolucionismo, e, por outro lado, estavam desenvolvendo uma capacidade de observação que outros não tinham. Nina Rodrigues, por exemplo, é quem de alguma maneira lança as bases para dizer que o transe religioso no candomblé não é um acesso de histeria, é um fato social. Agora, esse mesmo Nina Rodrigues escreveu *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, dizendo, grosso modo, que raça tinha que ter a responsabilidade penal de acordo com seu nível de desenvolvimento mental.

¹ Ver Bringel e Leone (2021).

² Velho (2013).

³ Capítulo de *Besta-fera: Recriação do mundo* (VELHO, 1995).

⁴ Ver, por exemplo, Seyferth (2015, 2016, 2020).

Então, para mim, a decolonialidade, que é a moda do momento, é uma invenção recente que diz pouco a que veio, salvo honrosas exceções. A categoria parece operar mais no campo dos estudos culturais/literatura comparada, [entre] alguns intelectuais latino-americanos radicados nos Estados Unidos, para “vender pra americano”, gerar um nicho no amplo mercado do latino-americanismo. Afinal, a América Latina só existe para os Estados Unidos. A gente não se vê assim, há pouco diálogo entre todos os países desse constructo, línguas aparte, não dialogamos entre “nós”, porque esse é um nós atribuído desde fora, conquanto efetivamente seja possível uma reapropriação construtiva e profícua, algo que parece que estamos tentando retomar (do quadro pré-regime civil-ditatorial). Por outro lado, a gente faz um esforço medonho para produzir uma discussão entre nós, mas cada um segue se achando dono de um pedaço da tradição ibérica.

Todavia, eu reconheço alguns aspectos interessantes da decolonialidade. Tem a dimensão, por exemplo, de gênero, que é uma novidade quando acoplada à discussão decolonial. Há muitos anos, nos inícios dos anos 2000, a Verena Stolcke estava chamando atenção para isso⁵, ou seja, para como essa intersecção entre raça e gênero são fundantes dos impérios coloniais da modernidade. Para a mentalidade “popular” brasileira, isso, através da narrativa da avó, “pega pelo laço”.

Eu entrei na graduação em história em 1976 e saí licenciado em 1979 da Universidade Federal Fluminense. Não fiz bacharelado, não me serviria de nada naquele momento. Eu tinha os créditos necessários para a dupla formatura, mas precisaria escrever uma monografia que não me serviria de nada, pois no meio de 1979 prestei a seleção do mestrado do PPGAS/MN e passei, ingressando no mestrado em março de 1980. Ademais, fiz o curso trabalhando e estudando e já trabalhava num projeto de pesquisa em antropologia. Eu cursei faculdade de história num momento em que estava começando a se afirmar a ideia de um escravismo colonial como modo de produção independente. Também na história, portanto, o colonial estava posto em questão. Eu tentei convencer tudo quanto é professor de história de me orientar numa bolsa sobre questão indígena em perspectiva histórica e eles diziam que era impossível porque não existiam fontes. Aí eu lia *Formação do Brasil contemporâneo*, onde a presença indígena como essencial — e a escravidão indígena — é referida o tempo todo. E pensava: “Se isso daqui é um livro de síntese interpretativa e fala nisso, é porque tem muito mais coisa para estudar”. Foi por essa razão que eu fui para a antropologia, porque era impossível naquele momento pensar a questão indígena na história. E naquele momento a ideia de colonização interna no Brasil explodia: era ditadura militar, expansão sobre a Amazônia, destruição de povos indígenas...

Pouco tempo depois começaram as pesquisas sobre povos indígenas em perspectiva histórica, da qual o João Pacheco de Oliveira é um dos pioneiros, com a proposta da análise da situação histórica em sua dissertação de mestrado, defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) em 1977 e só publicada com uma razoável

⁵ Stolcke (2006).

Entrevista Interview

revisão em 2015⁶. Manuela Carneiro da Cunha vai montar um grande projeto, mas que teve em John Monteiro a figura essencial, que levaria o projeto muito adiante e fundaria mesmo a área na história produzida no Brasil, atuando ao mesmo tempo em antropologia. O livro de John Monteiro, *Negros da terra* (1994), refere-se a como os povos indígenas eram chamados. Talvez hoje pudessem dizer que era racismo reverso, porque a verdade é que a base da instalação de toda a empresa colonial não foi o trabalho africano, foi o trabalho indígena. O trabalho africano entrou para a grande exploração para o comércio internacional, mas quando os negros chegaram os índios já tinham trabalhado construindo cidade. A documentação do Serviço de Proteção aos Índios [SPI] revela que o próprio órgão explorou e vendeu madeira e arrendou terras usando a mão de obra indígena, num caráter semi-servil mediado pela relação de tutela. Então, para mim, isso dá uma conta diferente do que a ideia de decolonialidade.

Eu acho que tivemos um grande desenvolvimento na pesquisa histórica sobre povos indígenas. Quando eu penso no meu período de formação, lembro que a gente não encontrava muito material. Tinha praticamente só o *As raízes coloniais do Brasil moderno* [*Colonial Roots of Modern Brazil*, no original], do Dauril Alden, ou o *Ouro vermelho* [*Red Gold*, no original], do John Hemming, que era uma coletânea. E alguns ensaios aqui e ali, mas eram livros em inglês e pouco acessíveis. Então é preciso reconhecer esse avanço. Foi a antropologia também que puxou a discussão sobre os libertos da escravidão, com as discussões sobre “terras de preto”, como primeiro registrado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, discussão que resultou nas formulações sobre quilombos a partir do cenário constituinte, uma discussão que a história não enfrentava e que se generaliza para as terras de uso comum.

Aliás, uma discussão que existe entre antropólogos e historiadores é sobre o fato da escravidão: se não é uma chave explicativa de tudo, é, todavia, um marco fundamental na vida sócio-histórica do país, presente de modo indelével na atualidade. O Brasil é cheio de coletividades negras rurais bastante independentes. Acho que todo mundo sabe, hoje em dia, que as pesquisas históricas têm mostrado que os quilombos históricos do Brasil colonial sempre tiveram índios e negros vivendo juntos. A evidência disso, hoje, é inconteste. Então a leitura feita sobre a colonização e o sistema escravocrata ajudaram a separar analiticamente coisas que têm diferenças muito grandes, mas que também têm inúmeras proximidades na vida social.

As primeiras populações indígenas do Nordeste, após passarem por um processo de conquista e colonização, eram populações mestiças, acusadas por uns de não serem índios e, por outros, de não serem negros. Quando olhamos para a questão quilombola e certos cultos desses territórios, como o candomblé de caboclo ou o Jarê na Bahia, que ficou mais visível recentemente com *Torto arado*, o livro do Itamar Vieira Junior, é possível ver uma mistura de outra natureza, muito diferente do que é a miscigenação pacificadora

⁶ Pacheco de Oliveira (2015).

da dita democracia racial. Ou seja, há um fato que é a mistura e há um fato que é as pessoas construírem culturalmente uma ideologia que apaga conflitos, nega o racismo e idealiza uma etiqueta de relacionamento em que a aparente face pacífica encobre enormes conflitos e violências de toda ordem, em que as hierarquias étnico-raciais são estruturantes contemporâneos das relações sociais. Vidas próximas em muitos casos e, em outros, antagônicas. E, muitas vezes, eficazmente usadas umas contra as outras.

Como você mencionou, a sua formação se iniciou no campo da história e tem um deslocamento para a antropologia, área em que sua carreira efetivamente se deu. Esse percurso foi todo feito a partir de uma reflexão sobre a política indigenista ao longo, sobretudo, do que estava ocorrendo nos anos 1960 no Brasil, com a criação das agências, da organização em torno dos povos indígenas. Como está, hoje, o estado da arte dos estudos e da política indigenista?

Olha, o meu trabalho é sobre o início do século XX. A minha monografia na tese de doutorado é uma continuação da minha pesquisa do mestrado, que foi sobre a criação do Serviço de Proteção aos Índios, de 1910 a 1967⁷. Eu fiz essa pesquisa mantendo uma proximidade grande com a discussão indigenista contemporânea no momento em que escrevi, durante os anos da Nova República, durante o processo constituinte. Então muito da minha preocupação era tentar entender a tutela para além de um instituto jurídico, que teria um caráter protetivo dos indígenas, tentando mostrar o lado propriamente da dominação. Mas quando eu comecei a minha pesquisa eu não pretendia falar sobre isso. Eu pretendia fazer um estudo sobre a colonização do Nordeste e de Mato Grosso durante o período Vargas, abarcando a chamada Marcha para o Oeste e, especificamente, a etno-história Xavante, como o povo Xavante reagiu ao avanço sobre suas terras e à sua “atração” e “pacificação”. Anos depois, o historiador estadunidense Seth Garfield fez um trabalho maravilhoso sobre esse importante tema, a partir de trabalho de campo, além de pesquisa com fontes, e que foi posteriormente traduzido⁸. Na época eu não tinha dinheiro para fazer nenhuma dessas pesquisas, nem havia fontes para buscar. Eu queria fazer um estudo e tive que ir reduzindo seu foco para caber dentro da minha realidade. Eu sou uma pessoa de classe média baixa em matéria de renda, tinha que trabalhar para ganhar a vida, senão eu não custeava meus próprios gastos. E ainda tive que voltar para casa do meu pai e da minha mãe, porque não tinha outro jeito se eu quisesse escrever uma dissertação de mestrado. Foi um ano, desde o final da bolsa do mestrado (dois anos de bolsa, quatro anos de curso), até eu conseguir achar cinco cursos diferentes em três faculdades particulares distintas, em cinco matérias diferentes, ter 600 alunos e escrever a dissertação assim. Eu e a grande maioria das pessoas do meu período vivemos essa realidade.

⁷ Souza Lima (1995, 2009).

⁸ Garfield (2011).

Naquele momento, praticamente ninguém trabalhava sobre política indigenista. Falava-se de, refletia-se sobre. No mestrado eu fiz um curso com o professor Luís de Castro Faria, chamado “Indigenismo, política indigenista no Brasil e na América Latina”. Era uma reedição de um curso dado por um grande antropólogo mexicano, o Guillermo Bonfil Batalla, reedição essa resultado do incentivo à interlocução latino-americana que o Roberto Cardoso de Oliveira sempre cultivou. Nessa época, os antropólogos latino-americanos de uma certa posição estavam preocupados em denunciar as ditaduras, os abusos contra a população camponesa, com os povos indígenas etc. Era uma luta generalizada na América Latina pelos direitos humanos. Tivemos a chamada Declaração de Barbados, uma autocrítica da Igreja e dos antropólogos latino-americanos, revendo suas práticas⁹.

Eu queria fazer um trabalho que fosse refluir para a história, estudando a Marcha para o Oeste, e eu precisava de informação histórica sobre como era a política indigenista brasileira naquele período dos meados do século XX, no período Vargas. Nessa busca, eu me deparei com Darcy Ribeiro, uma figura fundamental para a nossa antropologia, por conta do que ele questionou. Eu tive acesso ao Darcy através de um livro que foi montado durante o seu período de exílio, *Os índios e a civilização*.

Ao fazer certo artesanato da produção intelectual, trabalhando os textos como monumentos, bem no estilo do que se praticou muito no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, ensinado pelo professor Luiz de Castro Faria, eu descobri que a parte dois de *Os índios e a civilização* nada mais era do que uma publicação de 1962 chamada *A política indigenista brasileira*. Ela estava citada no livro, mas ninguém fazia a ponte, talvez por não terem lido; a parte dois é *ipsis litteris* desse trabalho de 1962, que guarda em tudo as marcas de outro momento. *A política indigenista brasileira* foi escrita quando Darcy Ribeiro era chefe da Casa Civil da Presidência da República de João Goulart. O Serviço de Proteção aos Índios estava sendo atacado pelas atrocidades que em muitas regiões seus funcionários faziam contra os povos indígenas, que só viriam a ser avaliadas entre os anos 1967 e 1968 pela Comissão Figueiredo, resultando no Relatório Jader Figueiredo, que serviu de base, por exemplo, para a argumentação para se pôr fim ao SPI, um órgão muito deteriorado naquele momento.

O problema é que eu fui mexendo, mexendo e descobri que *A política indigenista brasileira* não era exatamente uma leitura científica. Tinha umas coisas que me chamavam atenção, como, por exemplo, o crédito de toda a criação do Serviço de Proteção aos Índios a um único indivíduo, o Cândido Mariano da Silva Rondon. A gente sabe que o Brasil é dado ao culto da personalidade, mas, ainda assim, não tem culto de personalidade que se implante como versão dominante de uma trajetória em uma conjuntura se não tiver uma

⁹ O simpósio “La fricción interétnica en América del Sur fuera de la región andina” reuniu-se na Universidade das Índias Ocidentais, em Bridgetown, Barbados, de 25 a 30 de janeiro de 1971. O encontro gerou a referida declaração, que se tornou um marco da revisão de práticas antropológicas e missionárias, bem como da crítica às relações dos regimes militares com os povos indígenas. Para um seminário recente sobre o mesmo, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=C5OVDXPKDPQ> (acesso em: 13 mar. 2022).

rede para tal. Então não era só o Rondon, tinha que ter uma rede mais abrangente. Eu peguei o *Os índios e a civilização*, que contém ensaios preciosos sobre a situação indígena, propõe uma das leituras importantes dos processos étnicos, do que Darcy Ribeiro denominou “transfiguração étnica”, e fui para *A política indigenista brasileira*. Nela, descobri que *A política indigenista brasileira* era um costura de relatórios internos do SPI, onde o Darcy Ribeiro havia trabalhado desde 1947 até 1957. Ou seja, aquilo que os antropólogos falavam sobre a história da política indigenista brasileira — todos repetiam a versão veiculada por Ribeiro, até mesmo Roberto Cardoso de Oliveira, que lhe fez críticas e propôs avanços importantes — era o que os próprios atores da história da política indigenista brasileira falavam de si mesmos, inclusive explicando que eles não conseguiam fazer mais porque não tinham dinheiro.

Veja bem, os dois primeiros artigos de *Os índios e a civilização* são dois estudos que a Unesco [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] financiou no Brasil, inovadores por apresentarem um recorte analítico nacional das situações indígenas — parte daqueles grandes projetos sobre discussão de questões raciais e étnicas. Soa estranha a separação que as pessoas fazem, porque ali nos anos 1950 o étnico e o racial, no pensamento da Unesco, estavam unidos. Eles estavam financiando pesquisas sobre relações raciais. Foi o que permitiu ao Darcy, por exemplo, traçar panoramas nacionais que ninguém tinha traçado até então. E isso é um mérito que ninguém pode tirar de Darcy Ribeiro. Darcy Ribeiro produziu as bases de uma visão sociológica nacional da questão indígena. Roberto Cardoso de Oliveira foi adiante com outras questões, com uma visada mais etnológica para certos casos. Há uma chave muito importante nessa percepção da necessidade de se entender a questão indígena numa escala nacional e internacional, para além do local, que tem na discussão fundiária e dos recursos naturais em terras indígenas e na reivindicação de autoctonia elementos de importante significado.

Em 1977, o então ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, propôs uma minuta de decreto que, usando o Estatuto do Índio, visava “emancipar” os indígenas da tutela de Estado estabelecido pelo Código Civil de 1916 em seu artigo 6º. Olhando hoje você pode dizer: “Coisa boa, né!?”. Não! Naquela época, a única coisa que assegurava a alguém ser reconhecido como indígena e ter direitos às terras que ocupava era ser tutelado pelo Estado. E só assim essas pessoas podiam dizer “essa terra é minha”. Essa proposta de decreto gerou uma reação nacional e internacional que acabou virando um movimento importante da sociedade civil, além de um movimento dos indígenas que estavam começando um intenso processo de organização local, regional, e com tentativas de articulação nacional, um grande desafio. Afinal, lembremos: segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], são 305 povos indígenas, falantes de 274 línguas distintas, habitando todos os estados brasileiros, com situações ecológico-políticas muito diferentes. E que gerou a constituição de uma série de associações civis sem fins lucrativos de defesa de direitos, inclusive uma Comissão Pró-Índio no Rio de Janeiro, que um dia existiu. O Anthony Seeger foi presidente da Comissão Pró-Índio do Rio de Janeiro, depois o João Pacheco foi presidente. A grande bandeira desse movimento era pela demarcação das terras indígenas.

Entrevista Interview

Eu vendi muito plástico para botar em carro com o slogan “Pela demarcação das terras indígenas!”. Eu era associado da Comissão, que ficava naquele prédio da ACM, na Glória, mas como eu fazia faculdade de manhã e de noite e trabalhava durante a tarde eu tinha muito pouco tempo para estar lá de fato. Eu ia uma vez ou outra assistir alguma discussão ou palestra, pegava o material, levava o dinheiro de anuidades que eu recolhia.

O João Pacheco resolveu pesquisar o que significava “terra indígena” e o que significava “reivindicar demarcação de terras indígenas”. Fez uma pesquisa com os poucos dados existentes naquele período e gerou um boletim que foi publicado em 1983, chamado *Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica*. Era uma leitura de corte sociológico em perspectiva nacional das questões indígenas, e não uma leitura de uma aldeia ou do povo com que ele trabalhava há mais de uma década, os Ticuna (Alto Rio Solimões). Esse texto é muito importante porque sinalizou que a questão indígena não era apenas — ainda que não menos importante — uma questão de defesa de direitos humanos, de defesa do direito à vida dos povos indígenas, mas também que sua dimensão fundiária, em especial diante de recursos minerais e posição geopolítica, a colocava como uma questão central no Brasil, onde a terra e o controle do acesso a ela foram sempre preocupação primordial de nossas elites políticas. A propriedade da terra e o que você consegue fazer com a propriedade da terra financeiramente é, hoje mais do que nunca, tema da agenda política com repercussões danosas de toda ordem.

Hoje, a financeirização das terras e a possibilidade de jogar a terra e seu valor no mercado, um mercado internacional travestido de “laranjas nacionais”, produz e amplia a especulação e a “fome de terras permanentes” por parte desse amplo aglomerado de interesses e setores econômico-políticos diversos que é chamado de agronegócio. Todo esse discurso atual de “vamos matar a fome do Brasil, do mundo, vamos acabar com a pobreza” expõe essas formas empresariais de exploração da terra, em que o que menos tem é trabalhador e não tem redistribuição nenhuma. A cada dia você tem uma maior concentração de terras, e muitos dos grandes proprietários não são mais oligarcas históricos, são grandes conglomerados empresariais, grandes bancos que se expandiram da cidade para o campo para especular com a terra, que se ligam a corporações de atuação global. Nisso, índios e quilombolas, assentados rurais, áreas de preservação ambiental, toda e qualquer forma de ocupação da terra não pautada pela propriedade da terra constituem-se como grandes obstáculos. A tese de Marcelo Artur Rauber mostra-nos como, após o período da desconstrução de direitos em torno do Código Florestal, houve todo um alinhamento da Frente Parlamentar da Agropecuária para trabalhar na desconstrução dos direitos territoriais dos povos indígenas: nos termos deles, era a guerra das terras indígenas. É um trabalho que eu acho muito importante, porque mostra como esses segmentos rurais aprenderam, soberbamente, a usar a democracia para instaurar e reproduzir seu mando e reproduzir desigualdades, sobretudo de um ponto de vista fundiário, visando, hoje mais que nunca, ao lucro financeiro, ainda que mal encobertos por um discurso nacionalista.

Pois bem. Quando observamos esse período de redemocratização, começamos a

ver o surgimento de uma série de pesquisas muito alimentadas pela presença de um crescente movimento indígena, que lutou para estruturar nacionalmente contra todas as dificuldades. Seus grandes problemas eram, por exemplo, que um povo situado no Amapá não sabia nada de um povo habitante do Rio Grande do Sul; os Wajãpi não sabiam nada dos Kaingang e vice-versa. E as situações em que viviam eram completamente diferentes. Conseguir fazer esse pessoal estar junto, se conhecendo, dialogando e vendo quais são suas questões comuns e quais são suas diferenças, tudo isso teve uma capacidade de provocar reflexão, de estimular o debate, de gerar produção intelectual... Então eu acho que de lá pra cá, se olhamos todo esse período da redemocratização, o pós-constituinte e a antropologia brasileira, o que houve em termos de política indigenista, percebemos como se fortaleceu a necessidade de pesquisas de antropologia do Estado, da política e das políticas públicas.

Os antropólogos viram, por um lado, os efeitos sociais das políticas sobre as populações com que trabalhavam, mas começaram também a estudar a partir do processo de redemocratização, ou seja, como se compunha e funcionava a máquina governamental. Isso foi sobretudo importante no que tange às políticas indigenistas: a Constituição de 1988 foi um marco fundamental para o movimento indígena, ao pôr fim à tutela e também ao reconhecer os direitos a uma atenção diferenciada no plano da saúde, da educação, do desenvolvimento.

Vimos, desde os inícios dos anos 1990, os decretos pelos quais Fernando Collor de Mello descentralizou da Fundação Nacional do Índio as múltiplas ações de Estado que esta concentrava, o que se intensificou no final dos anos 1990 e início dos 2000, com o delineamento dessas políticas setoriais e sua expansão numa escala nacional, sobretudo nos anos dos governos do Partido dos Trabalhadores, ainda que com grande precariedade e muitas imperfeições. Então, eu acho que indígenas e antropólogos ficaram preocupados com essas questões. Não apenas eles, mas os cientistas políticos (alguns poucos na verdade) acordaram para a questão das representações indígenas, os sociólogos e historiadores também, em medida muito variável. Aos poucos, a narrativa única da ação protecionista estatal como apresentada por Darcy Ribeiro, de lá pra cá, dos anos 1980 pra cá, foi se rompendo e foram surgindo muitas outras narrativas, cada povo indígena foi resgatando sua interpretação de um processo vivido.

Temos que levar em conta ainda que tem um conjunto de ONGs, algumas que são oriundas de associações e comissões de apoio aos índios, que levaram adiante um trabalho de produção de informação sobre a questão indígena de caráter nacional. Isso foi determinante, por exemplo, para os cientistas sociais, que estavam dentro do IBGE, lutando para colocar questões étnico-raciais no Censo. Eu vi colegas do Museu Nacional que eram do IBGE suarem para colocar o debate da questão racial lá dentro. Durante esse período, ainda no final da ditadura, nada disso podia ser considerado, tudo isso era banido. A máquina governamental ainda regia por uma certa imagem de democracia racial. Essas ONGs foram e são muito importantes em produzir informação.

Antonio, é preciso frisar que os estudos desses movimentos, nos anos 1970, são elaborados

por pessoas brancas que estão nas instituições do Estado, como o IBGE, e em instituições acadêmicas que vão se juntar num dado momento com o movimento negro, por razões históricas, razões de interesses vários e de comprometimentos políticos. Tem um texto seu, “Raças e perspectivas antropológicas”, em que você faz uma reflexão muito interessante sobre as políticas públicas, frisando que há um distanciamento latente que vem sendo teorizado na área da ciência política e da sociologia, de conceito de políticas públicas. Em perguntas anteriores você acabou de falar isso também, agora, que é o interesse do Estado, dos agentes políticos, os interesses por trás de movimentações. Gostaria de compreender a conexão entre a questão indígena e a das relações raciais no Brasil, partindo desses atores e, ao mesmo tempo, articulando-os às instituições.

Devo iniciar esta resposta explicando o texto mencionado por vocês. Eu e o João Paulo Macedo e Castro resolvemos dar uma mergulhada na discussão sobre políticas públicas na ciência política e tal como ela era discutida naquele momento no Brasil. Esse texto é posterior a uma mesa redonda intitulada “Perspectivas da agenda de pesquisa em políticas públicas”, que se realizou no III Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, em julho de 2002, cujos textos saíram publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em 2003 [vol. 18, n. 51], sobre políticas públicas. E eles convidaram a Elisa Pereira Reis para fazer uma leitura crítica do debate. Eu gosto muito dos textos do número, em especial do texto de Elisa Reis; ela faz uma leitura muito interessante da área e chama atenção para a necessidade de uma agenda teórica para essa subárea. Isso nos inspirou a avançar em um diálogo com outras disciplinas e mesmo em antropologia, mas fora do Brasil, a partir do que já vinha sendo feito por nós. Em 2003, publicamos uma coletânea com textos de pesquisas do final dos anos 1990, analisando políticas diversas a partir da nossa visada¹⁰.

Os modelos de políticas públicas que têm uma ideia de “público”, supõem muitas vezes um público, um coletivo inexistente, que na realidade é mediatizado por um conjunto de hierarquias sociais que tornam receptoras dessas ações de Estado, uns setores melhores que outros. Ou seja, que a atuação estatal é em geral discricionária e, ao tentar homogeneizar, produz muitas vezes mais diferenciações e desigualdades. Eu via isso no caso das políticas indigenistas, nas políticas setoriais para os povos indígenas ou nos trabalhos dos meus alunos, interlocutores e parceiros; com o Programa Favela Bairro (implementado na cidade do Rio de Janeiro), que João Paulo analisou na dissertação de mestrado dele; com políticas para menores, como a Adriana Vianna abordou; ou nos de muitos outros¹¹. Isto é, o “público” era sempre um recorte muito específico operado pelo exercício mesmo cotidiano da administração e que tinha sempre muito a ver com quem recortava. Não se trata de má fé ou interesse. Muitas vezes notava-se uma certa limitação da percepção.

Assim, embora essas políticas fossem ações do Estado, primeiro deveríamos

¹⁰ Souza Lima (2003).

¹¹ Castro (1998), Vianna (2002).

perguntar: o que é o *Estado* na concretude dessas ações governamentais? Em segundo lugar, o que significava o *público*, o coletivo, o bem comum como valor? Não se trata de cair numa discussão interminável e complexa de exegese conceitual, nem de partir de uma predefinição, seja marxista ou institucionalista, nem de cair numa análise fenomenológica radical e reduzir tudo a “teorias nativas”. Mas de entender cada feixe de ações de governo sobre segmentos sociais vários a partir de sua historicidade específica, de sua operacionalização cotidiana em diálogo com teorias variadas; de não tomar constructos pré dados, mas elaborar estudos numa interpelação permanente das teorias, tendo em mente que na prática etnográfica há sempre muita história estocada nas relações sociais.

A história específica de cada uma dessas políticas nos mostra, você percebe que cada uma delas tem uma história muito diferente; [elas] vêm de grupos sociais às vezes distintos, são em si cristalizações de predominâncias regionais diferenciadas ao longo do tempo. No Brasil, por exemplo, a gente não pode desconhecer a predominância regional de certas elites que estão à frente de certas ações de Estado em detrimento de outras. E sua “harmonia operacional” varia bastante na prática cotidiana. Quanto mais recuamos no tempo na história da singular República brasileira (onde parte do dito “público” é tomado como hipossuficiente, para se usar um termo do direito, e precisa ser tutelado pelo Estado), mais vemos como a maquinaria de fabricação da unidade com que se apresenta esse constructo “o Estado” é tênue, e ela mesma foi sendo elaborada com idas e vindas.

Por isso, procuramos pensar nessas ações de Estado como ações (nem todas elas) que, de alguma maneira, definem coletivos e são definidas e geridas por atores sociais específicos. A partir da ideia de governo do Michel Foucault, pensamos essas formas de gestão como conduzindo os coletivos por ela gerados/conformados a se disciplinarem num certo plano¹². Isso significava que tínhamos que chamar atenção para o quanto as *políticas públicas*, ou *de governo*, como preferimos, são parte de um modo de dominação. Nem todas as ações de Estado o são, por vezes elas se *tornam políticas públicas*. Caio Gonçalves Dias mostrou em livro publicado recentemente como isso aconteceu no terreno da cultura¹³. Assim, [buscamos] pensar as ações de Estado como partes sobretudo de um processo de redistribuição; ele é acessado de maneira absolutamente diferencial.

Nesse sentido, vale recuperar o trabalho de Roberto DaMatta, que nos chamou atenção para a intrincada articulação entre ideais igualitários e uma realidade profundamente hierárquica que o tempo todo discrimina, segrega, separa, reduz, o que obviamente vai aparecer no funcionamento concreto dessas ações de Estado. Então, se partimos não dos planos, nem da suposição de que existe uma gestão redistributivista em todas as áreas das ações de Estado, mas sim de como essas ações acontecem e se são executadas corretamente, se invertemos e partimos das ações para pensar em como foram planejadas, geridas e avaliadas, aí a conta é diferente.

Neste contexto, deve-se entender, então, a etnografia não como descrição a partir

¹² Foucault (2010, 2008a, 2008b).

¹³ Gonçalves Dias (2021).

Entrevista Interview

da interação individual, mas como proposta epistemológica de pensar a partir das categorias de seu interlocutor, que pode ser, inclusive, um interlocutor poderoso, que pode ter suas formulações amplamente divulgadas em textos escritos ou audiovisuais, dimensões onde a pesquisa antropológica pode atuar amplamente, com menos problemas de acesso e de cunho ético.

O modelo de análise das políticas ditas públicas generalizado, de base racional-legal, prevê um passo-a-passo que vai da identificação de problemas, formulação de uma agenda, implementação de ações [à] avaliação de resultados e reconfiguração. Se partimos, no entanto, do cotidiano, para gente de carne e osso, temos visto que os resultados analíticos são diferentes; vemos os privilégios de uns em detrimento de outros, e [que] podem se tornar vetores de perpetuação das desigualdades duráveis.

Antonio, gostaria de aproveitar que você estava falando um pouco sobre a questão do Estado e de como as políticas públicas governamentais, ou políticas públicas em si, se dão a partir da atuação do Estado. Você fala, diferentemente de outros atores também, que o Estado está em constante construção, sugerindo assim uma ideia de processo histórico dentro dessa construção de Estado. Eu queria que você comentasse um pouco mais sobre isso, justamente para entendermos como essas políticas públicas acabam sendo afetadas e problematizando o lugar da política pública decorrente dessa constante mutação e construção que o Estado vivencia.

Eu parto basicamente da chamada sociologia histórica e da antropologia política. Ambas têm uma presença fundamental na conformação da antropologia do Estado ou da política pública (*policy*). Parti de vertentes do marxismo, de aspectos da obra de Max Weber, assim como do trabalho de Émile Durkheim — em especial dos textos de *Lições de sociologia* — e de Marcel Mauss — no trabalho sobre *A nação*, além de outros textos de que li me reapropriando para além do seu foco original (por exemplo, pensar política como técnica). Quando eu saí da faculdade de história, se falava muito em Estado sem que se o estudasse — era o predomínio da história econômica, que, embora, fosse enunciada como marxista, muitas vezes tinha pouco ou nada a ver com a ideia de economia política. Estado era uma categoria pré-dada, que todo mundo parecia saber o que era. Gramsci ainda não estava realmente sendo lido a ponto de virar uma moda. Até chegar a ideia de Estado ampliado, de Gramsci, o que se lia eram comentadores de Gramsci e se elaborava formas de análise metodologicamente nela fundadas, [e] eu já estava fora da história enquanto campo de formação. Falava-se uma linguagem marxista, mas fazia-se na prática análises “funcionalistas”, “institucionalistas”. Mais tarde seria Pierre Bourdieu, sem dúvida um sociólogo que foi muito importante para mim e minha geração e um grande criador no plano sobretudo metodológico. Eu nunca achei interessante ler os comentadores antes dos autores comentados; não gosto de leituras de segunda mão, e assim optei por não me valer dessas leituras. Claro que havia exceções, no tocante a Gramsci. Li Nicos Poulantzas e voltei a lê-lo durante o mestrado e o doutorado em *O Estado, o poder e o socialismo*, um livro que me inspirou bastante — onde há um diálogo com diversos outros autores com que tomei

melhor contato após a entrada no PPGAS/Museu Nacional, como Michel Foucault. Já no mestrado, vi referências a um texto até hoje para mim essencial, de 1972. Um verdadeiro combate à “dominação parsoniana” em sociologia, da qual emergiu a chamada sociologia histórica tanto no contexto britânico, quanto no estadunidense. Um desses trabalhos que mostram como textos curtos e de leitura acessível podem ser poderosos. Refiro-me a “Processos de formação de Estado e construção de nações”, de Norbert Elias, que eu vira citado nos trabalhos doutorais de Elisa Pereira Reis e na tese da Mariza Peirano¹⁴. Isso foi em 1985, na fase final da escrita da minha dissertação de mestrado, quando consegui que uma amiga me arranjasse uma cópia xerox do texto em inglês. A leitura de Norbert Elias me mostrou como se podia conjugar vertentes teóricas distintas sem parecer uma mixórdia contraditória, e que algumas dicotomias apresentadas para uns como fundantes e inescapáveis — indivíduo versus sociedade, que aprendi no Museu ser estruturante de uma cosmologia ocidental, mas não um marco para todas as sociedades, ou seja, algo mais complexo do que naquele momento muitas vezes era apresentado nos cursos de sociologia da graduação. Elias ainda juntava, além de Marx e Weber, Freud — uma referência que, para mim, por questões pessoais, era muito importante. Muitos temas e junções eu reencontraria em perspectiva histórica — da qual nunca pretendi me afastar — na leitura de Michel Foucault, em tema como o dos processos de dessubjetivação.

O *Processo civilizador* é um livro que foi escrito em 1939, mas ele, na verdade, só foi conhecido na Europa nos anos 1970, momento em que Elias estava se aposentando, podendo escrever e dedicar-se a dar aulas de pós-graduação. Esse texto me abriu muitas portas. Eu fui seguindo esses sociólogos que propuseram uma crítica da dominação da sociologia estrutural-funcionalista, com a recuperação da história, com maior ênfase no marxismo — como no caso do britânico Philip Abrams e, mais tarde, Philip Corrigan, Derek Sayer, dentre outros, mais ou menos contemporâneos de historiadores como Edward P. Thompson, Eric J. Hobsbawm, Christopher Hill, Perry Anderson (Thompson, Hobsbawm e Anderson eu li realmente em curso do PPGAS/Museu Nacional) — ou associados a vertentes teóricas várias, mas que tomam o conflito como ponto de vista da construção explicativa, como Barrington Moore Jr. — cujo *As origens sociais da ditadura e da democracia* eu li também em cursos do Museu Nacional — e sobretudo Charles Tilly, a que cheguei trilhando os autores que mencionei acima e outros. Esses pesquisadores trabalham com a ideia de processos de formação de Estado. Elias, em especial, chama atenção para a diferença entre processos de formação de Estado e processos de construção de nação. Destaca também que, ao se considerar a formação do Estado-nacional burguês, ambos os processos parecem se sobrepôr, fazendo com que se passe a pensar que não existe Estado sem nação e nação sem Estado. Se vocês considerarem que meu universo empírico sempre foi o das relações entre Estado e povos indígenas, sobretudo no Brasil, vê-se que muitos dos problemas das diversidades étnico-raciais mundo afora passam por essa sobreposição, ainda que hoje em tempos de “globalização”. Afinal, questão indígena sempre envolve a reivindicação por

¹⁴ Elias (2006[1972]), Reis (1980) e Peirano (1981).

Entrevista Interview

autoctonia e por acesso a e propriedade da terra. Muito dessa construção de mundo data do século XIX em diante. Os impérios transcontinentais eram formas de Estado, as ligas de cidades do início da Idade Moderna também o eram, mas não eram mononacionais. Conforme eu fui lendo, isso foi aparecendo no meu trabalho de doutorado, porque eu tinha clareza que aquele trabalho me ajudaria a pensar outras maneiras, outras questões em termos de formação de Estado no Brasil. De meu ponto de vista, se eu partia dessa literatura para descrever o ponto de vista dos administradores de povos indígenas.

Eu ouvia muito no meio antropológico — e muitas vezes isso foi dirigido a alunos meus como forma de desqualificação da qualidade propriamente “antropológica” de nosso trabalho (coisa de cientista de periferia, me parece) —, o tempo todo, que “ah, mas o Estado... Estado é uma categoria pré-dada”, “os atores sociais falam em governo, essa sim é uma categoria nativa”, “Estado é uma categoria da ciência política”, não é uma discussão dos antropólogos. Bem, os camponeses de outrora, ou os integrantes de movimentos indígenas de base podem até falar em governo. Mas nem eu nem meus parceiros estudamos esses setores. Trabalhamos com elites administrativas, atores da cooperação técnica internacional, indígenas em funções de Estado, que usam diferencialmente e com muita consciência as duas categorias, Estado e governo. Fora isso, a figura do Estado (e do governo, em especial o centralizado) está presente na antropologia política, base de minha formação, e sobre a qual ministrei cursos, desde os clássicos evolucionistas até um título referencial na disciplina, *Sistemas políticos africanos*¹⁵. A discussão do exercício do poder baliza a construção histórica da disciplina.

Como sempre li e trabalhei em antropologia, ainda que em perspectiva histórica — algo pouco frequente até aquele momento, mas que, como já falei, tinha muitos antecedentes no Museu mesmo —, eu cheguei à discussão de Laura Nader sobre a importância do estudo “up”, dos “de cima”, daqueles em posições de superioridade em relação ao antropólogo nas hierarquias sociais. Escrito num contexto de forte crítica à antropologia como produzida até aquele momento no contexto das metrópoles coloniais e dos Estados Unidos, e com a indagação sobre se a antropologia como disciplina ainda estava viva diante das descolonizações, das guerras nas ex-colônias — diretamente relacionadas aos efeitos das colonizações — e da escalada da guerra do Vietnã no auge do imperialismo estadunidense, ainda em meio à Guerra Fria, o texto surge, portanto, no contexto da busca por ampliação dos focos da disciplina, por sua revitalização, em meio às críticas aos seus elos com os colonialismos¹⁶. Nader, uma autora pioneira em diferentes campos temáticos, mostra-nos as possibilidades, tanto teóricas, quanto metodológicas e éticas, do desafio de se estudar elites, organizações e as práticas dos “poderosos”. De lá para cá, há muita produção na área, e nós mesmos, creio, demos alguma contribuição nesse sentido, junto com diversos colegas¹⁷.

Há muitos outros autores trabalhando nessa direção, como Carla Costa Teixeira, no

¹⁵ Fortes e Evans-Pritchard (1975[1940]).

¹⁶ Nader (2020). Do mesmo contexto são: Berreman (1968) e Asad (1973), entre muitos outros.

¹⁷ Ver, por exemplo, Castilho e Souza Lima (2014), Souza Lima e Gonçalves Dias (2021), Gomes, Motta e Souza Lima (2021).

trabalho sobre o Legislativo; Ana Paula Mendes de Miranda, esta não só no seu trabalho sobre segurança pública, mas também em seu estudo sobre a burocracia fiscal; ou Piero Leirner, sobre militares; Ciméa Bevilaqua sobre consumidores e burocracia... Para citar apenas alguns¹⁸. Creio que essa vertente tem muito a oferecer no entendimento de muitos campos da vida social. Se pensamos com George Steinmetz, algumas dessas políticas de governo têm o potencial de alterar a relação entre classes e frações de classe, que, em última instância, estruturam o Estado, podemos imaginar o que esses estudos podem oferecer para o entendimento do presente¹⁹. Cito, por exemplo, o potencial que podemos extrair sobre o reconhecimento de direitos etnicamente diferenciados à terra. A pressão sobre as terras quilombolas e indígenas no cenário do Brasil atual bem o mostra. Ainda que a Constituição de 1988 seja uma carta profundamente privatista, com pouco ou nenhum espaço nenhum para direitos coletivos, a dimensão étnica mostrou-se uma conquista enorme. E uma conquista, que claro, teve muito a ver com o trabalho dos movimentos sociais e interlocução com uma rede ampla de atores. A continuidade do reconhecimento de direitos de coletividades étnico-raciais, num país colonial e escravista, nos mostra a importância dessas vias de transformação e do seu estudo. Isso não pelo reconhecimento e respeito aos direitos, mas pela força com que coletividades deles titulares passaram a ganhar e, mais importante, construir e ampliar. Se a gente olhar para o que era o Brasil dos anos 1950, 1960, sobretudo no início dos anos 1960, e hoje, a diferença é muito grande em termos de movimentos indígenas e, eu diria, dos próprios movimentos negros, indiscutivelmente. Penso que poderíamos olhar as políticas de ação afirmativa nessa mesma direção, e com isso entendemos as reações que geram. Mas isso seria um outro vasto campo temático, com que lidei e trabalhei em articulação sempre com a presença dos povos indígenas na formação do Brasil²⁰.

No conjunto da sua produção acadêmica, podemos notar que você desenvolve reflexões em torno do etnodesenvolvimento. Gostaria que você articulasse isso com o conceito de empoderamento, visto que existe um vínculo ao discutir a questão indígena.

Bem, de onde sai a noção de etnodesenvolvimento? É importante recuperar isso. Ela tem a ver com a Reunião de Peritos sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina, ocorrida em São José da Costa Rica, entre 7 e 11 de dezembro de 1981, na esteira da II Declaração de Barbados, elaborada como resultante do simpósio Movimentos de Liberação Indígena na América Latina, na Universidade das Índias Ocidentais em Bridgetown, Barbados, seis anos após o que ficou conhecido como a I Reunião de Barbados, que mencionei antes, durante a qual se realizou uma grande crítica das ditaduras, do missionarismo tradicional e da antropologia descomprometida com o destino das coletividades com que trabalhava. Estávamos aqui no mesmo movimento de crítica que foi o caldo de onde saiu o trabalho

¹⁸ Bevilaqua (2008, 2020), Leirner (1977, 2020), Miranda (2005, 2015), Miranda e Muniz (2021), Teixeira (1998), Teixeira, Lobo e Abreu (2019), Teixeira e Castilho (2020), Teixeira, Cruvinel e Fernandes (2020).

¹⁹ Steinmetz (1999).

²⁰ Souza Lima (2018).

Entrevista Interview

de Nader. Tratava-se de denunciar e (ex)purgar os regimes ditatoriais e o desenvolvimentismo, uma das metamorfoses, chamemos assim, dos colonialismos e sobretudo do imperialismo estadunidense do pós-Segunda Guerra. Nesse contexto, dois antropólogos mexicanos que mencionei antes, Rodolfo Stavenhagen e Guillermo Bonfil Batalla, cunharam o termo, na perspectiva de dizer que outros modos de transformação, autogeridos, autoplanificados e de acordo com os valores das comunidades indígenas poderiam acontecer; um outro “desenvolvimento”, projetos de futuro, digamos assim, que não se pautasse pelos projetos desenvolvimentistas pautados por teorias da modernização que vinham operando devastações²¹. Antropólogos brasileiros posteriormente escreveriam e elaborariam essas questões, alguns deles em livro que organizamos junto com Maria Macedo Barroso²². O *establishment* desenvolvimentista, liderado pelo Banco Mundial, posteriormente se apropriou do termo²³.

Essas questões estão longe de ser resolvidas, mas procurei dizer que elas vêm sendo enfrentadas há muito tempo e de maneira pertinaz por não indígenas e, hoje também, e a cada dia mais, por indígenas antropólogos, intelectuais em todas as áreas do conhecimento, ativistas, legisladores, que vêm travando uma luta árdua com a realidade brutal de um país que se (re)converteu quase integralmente ao neoextrativismo, com toda sorte de danos socioambientais que temos visto. O chamado “consenso das *commodities*”, na expressão de Maristella Svampa e de outros, parece ter uma fome insaciável de terras e recursos que deixa como legado o crescimento violento da desigualdade social, as violências de toda ordem, doença e destruição. Assim, pensar alternativas de futuro à luz da crítica das forças dominantes do presente me parece mais do que nunca uma tarefa da qual não podemos escapar, caso queiramos ainda ter país e planeta a habitar²⁴. As questões estão postas desde muito.

Anny Estéfany Romão Ataíde de Souza é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em direito pelo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Hannah Lima Alcantara de Vasconcellos é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (MN) da UFRJ. Mestra pelo mesmo programa e graduada em jornalismo pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha).

Vantuil Pereira é Professor associado do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suelly Souza de Almeida (NEPP-DH) da UFRJ. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduado em história pela mesma universidade.

²¹ Stavenhagen (2022).

²² Souza Lima e Barroso Hoffman (2002).

²³ Partridge e Uquillas (1996).

²⁴ Svampa (2019).

Bibliografia

- ALDEN, Dauril. **Colonial Roots of Modern Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1973.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, vol. 10, p. 163-196, 1989.
- ASAD, Talal (org.). **Anthropology & the Colonial Encounter**. Nova York: Humanities Press, 1973.
- BERREMAN, Gerald D. Is Anthropology Alive? Social Responsibility in Social Anthropology. **Current Anthropology**, vol. 9, n. 5, p. 391-396, 1968.
- BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Burocracia, criatividade e discernimento: lições de uma cafeteira desaparecida. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 3, e178185, 2020.
- BEVILAQUA, Ciméa Barbato. **Consumidores e seus direitos: um estudo sobre conflitos no mercado de consumo**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- BRINGEL, Bruno; LEONE, Miguel. La construcción intelectual del concepto de colonialismo interno en américa latina: diálogos entre Cardoso de Oliveira, González Casanova y Stavenhagen (1959-1965). **Mana**, vol. 27, n. 2, p. 1-36, 2021.
- CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; Teixeira, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.
- FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, Edward Evan (orgs.). **African Political Systems**. Oxford: Oxford University Press, 1975[1940].
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: Curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a marcha para o oeste e os índios Xavante (1937-1988)**. São Paulo: Edunesp, 2011.
- GOMES, Laura Graziela; MOTTA Antonio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Por uma antropologia das elites no Brasil (Introdução). **Revista Antropolítica**, Niterói, vol. 53, n. 3, p. 12-52, 2021.
- GONÇALVES DIAS, Caio. **A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- HEMMING, John. **Red Gold: The Conquest of the Brazilian Indians**. Londres: MarcMillan, 1978.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV; Fapesp, 1997.
- LEIRNER, Piero de Camargo. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda, 2020.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Burocracia e fiscalidade: uma análise das práticas de fiscalização e cobrança de impostos**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2015.

Entrevista Interview

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Antropologia, Estado moderno e poder: perspectivas e desafios de um campo em construção. **Avá: Revista de Antropología**, v. 7, p. 1-27, 2005.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MUNIZ, Jacqueline. Um campo de experiências, afetações e “achismos” dilemas e desafios metodológicos em pesquisas empíricas sobre criminalidade, violências, (in)segurança e ativismos. **Runa: Archivo para las Ciencias del Hombre**, v. 42, p. 21-4, 2021.

NADER, Laura. Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Revista Antropolítica**, Niterói, vol. 49, n. 2, p. 328-356, 2020.

NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives Gained from Studying Up. In: HYMES, Dell (org.). **Reinventing Anthropology**. Nova York: Random House, 1974. p. 284-311

PACHECO DE OLIVEIRA, João Pacheco. **Regime tutelar e faccionalismo: política e religião em uma reserva Ticuna**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica. **Boletim do Museu Nacional**, Nova Série (Antropologia), Rio de Janeiro, v. 44, 1983.

PARTRIDGE, William L.; UQUILLAS Jorge E. **Including the Excluded: Ethnodevelopment in Latin America**. Bogotá: The World Bank Latin America and the Caribbean Technical Department Environment Unit, 1996. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/981431468770397760/pdf/272020IncludingotheoExcludedo1public1.pdf>

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

RAUBER, Marcelo Artur. **Prato principal: terras indígenas – o início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014)**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1977[1970].

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1962.

SEYFERTH, Giralda. **O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais**. Organizadores: Antonio Carlos de Souza Lima, Miriam de Oliveira Santos e Raquel Sant’Ana. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2020.

SEYFERTH, Giralda. **Estudos sobre a imigração alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SEYFERTH, Giralda. **Pensamento social no Brasil, por Giralda Seyferth: notas de aula**. Organizadoras: Joanna Bahia; Renata Menasche e Maria Catarina Chitolina Zanini. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GONÇALVES DIAS, Caio (orgs.). **Maquinaria da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, p. 377-448, 2018.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **As órbitas do sítio: subsídios ao estudo da política indigenista no Brasil, 1910-1967**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced/Museu Nacional/UFRJ, 2009.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Nuap, 2003.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um “grande cerco de paz”**: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, vol. 9, n. 1, p. 11-44, 2018.

STEINMETZ, George. Culture and the state. In: STEINMETZ, George (org.). **State/culture**: state formation after the cultural turn. Cornell: Cornell University Press, 1999. p. 1-50.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política**: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.

TEIXEIRA, Carla Costa; CASTILHO, Sergio. **Ipea – Etnografia de uma instituição**: entre pessoas e documentos. Brasília: ABA; Afipeia, 2020.

TEIXEIRA, Carla Costa; CRUVINEL, L.; FERNANDES, R.. Notes on Lies, Secrets, and Truths in the Brazilian Congress: The 2016 Process of Impeachment. **Current Anthropology**, vol. 61, n. 5, 2020.

TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa de Souza; ABREU, Luiz Eduardo (orgs.). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019.

TOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 14, n. 1, p. 15-42, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

VELHO, Otávio. **Besta-fera**: recriação do mundo. Ensaios críticos de antropologia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

Como citar:

SOUZA, Anny Estéfany Romão Ataíde de; VASCONCELLOS, Hannah Lima Alcantara de; PEREIRA, Vantuil. Entrevista com Antonio Carlos de Souza Lima, antropólogo do Museu Nacional da UFRJ. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 166-185, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>